

Universidade e desenvolvimento social: a visão institucional

Coordenador: Edison José Corrêa (UFMG) - 13 de setembro de 2004

Inclusão social: dimensão necessária da universidade pública brasileira



Ana Lúcia Almeida Gazzola

Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)

O presidente Luis Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse no Congresso Nacional, em 1º de janeiro de 2003, sintetizou, de forma eloqüente, a exclusão social vi-

vida por amplas camadas da população brasileira e condensada simbolicamente na temática da fome.

“O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim”.

Mais do que fazer uma constatação da iniquidade social que mantém, apesar do desenvolvimento e do progresso que o País tem experimentado ao longo da sua história, uma pobreza persistente que impede o exercício de direitos já consagrados no arcabouço existente, o Presidente conclama toda a sociedade a uma atuação “ético-política”, em que num “mergulho para dentro de si mesmo”, o Brasil “possa criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, o que significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los”.

A convocação do Presidente tem a força simbólica de incluir na agenda da Nação o compromisso com uma

sociedade inclusiva, justa e democrática, na qual todos os cidadãos têm iguais direitos à vida digna que podem proporcionar os bens e serviços produzidos pelo desenvolvimento e pelo progresso. Ela também exige que cada instituição pública inscreva na sua pauta de trabalho este tema e se esforce para dar visibilidade e consolidação ao já feito, bem como implemente ações e iniciativas inovadoras que visem à inclusão social nas múltiplas dimensões configuradas nas tramas de nossas relações institucionais.

Este, portanto, é um momento singular, em que as Instituições Federais de Educação Superior respondem à convocação e demonstram que na sua ação cotidiana este compromisso com a justiça social, corolário do processo de inclusão, já se encontra na pauta de trabalho. Podem, associadas à força simbólica do texto presidencial, potencializar essa ação e contribuir, mais ainda, de muitas e variadas formas, para a tarefa ética ali enunciada.

A busca por sociedades igualitárias e justas, ideário constitutivo da modernidade política, é meta inadiável em países como o Brasil, cujos indicadores de desigualdade, já seculares, são muito acentuados. Entre nós, como evidencia a persistência da fome, são múltiplas as formas de exclusão. Exclusão econômica, exclusão política, exclusão social, exclusão do mundo da cultura, entre tantas outras. A rotina da exclusão, por si mesma injustificável, é agravada pelo fato de que a produção social de bens, sejam os de natureza simbólica, sejam os de natureza material, situam-se hoje em patamares incapazes de atenuar, de forma substantiva, a desigualdade que impera entre nós. Mantida a exclusão, estaremos assistindo, impotentes, ao crescimento ainda mais abusivo da violência e da degradação que, lamentavelmente, tanto caracterizam a vida cotidiana das grandes cidades brasileiras.

Entretanto, os sinais justificadores da esperança também crescem. Desde o nível mais geral do governo até o que se passa à nossa volta, em que uma cidadania ativa não cessa de produzir um novo espaço político, são muitas as razões que animam os que tomam para si a energia ético-política de que nos falou o Presidente.

Como já mencionamos, e nos limites dos objetivos

que circunscrevem esta exposição, também na universidade pública brasileira devemos formular e viabilizar medidas favorecedoras da inclusão que almejamos. Marcada pela defesa inseparável de dois princípios inegociáveis — a busca incondicional do conhecimento e a luta pela justiça social —, a Universidade Pública tem o âmbito de ação configurado pela sua identidade. É a qualidade e o valor do que nela é realizado, é a manutenção das condições que a caracterizam, que tornam justa a reivindicação de que ela possa se estender a camadas mais amplas de nossa população.

Costuma-se designar a nossa sociedade como a sociedade do conhecimento. Prescindindo aqui da ambigüidade da expressão, que não é de pouca monta, podemos afirmar que as condições da inclusão são inseparáveis do acesso ao saber. Portanto, essa é uma dimensão imediata do nosso tema: em que medida a Universidade pode agir de modo a atenuar uma exclusão pela qual ela não é responsável, mas que, no entanto, tantas vezes confirma e acentua?

Mais à frente, procuraremos demonstrar a viabilidade de políticas de democratização do acesso compatíveis com todos os requisitos de mérito que muito justamente associamos à universidade. Dessa forma, podemos argüir como indefensável a posição dos que negam que a universidade pública brasileira possa manter a tradição de qualidade que a caracteriza e, ao mesmo tempo, ampliar o seu corpo discente, de modo a acolher os que dela são reiteradamente excluídos. Defender a inclusão na Universidade também significa a criação de um espaço de cotejos, de interpelações mútuas, já que a desejada universalidade é tecida com a multiplicidade dos olhares. Longe da mera difusão das diferenças, na qual a tolerância é tantas vezes apenas indiferença camuflada, a Universidade é como a *ágora* dos gregos, um espaço que, pertencendo a todos, não é de ninguém em particular.

Vivemos, e viveremos, em sociedades onde o exercício da cidadania dependerá mais e mais do acesso, da posse e da troca de bens simbólicos. No concerto das nações ou internamente a cada sociedade, a distribuição mais equitativa do conhecimento é condição irreversível de democratização. Tudo isso torna urgente que a universidade pública brasileira crie e desenvolva programas e medidas capazes de gerar efetiva inclusão. Tais medidas, como já apontamos, têm na democratização do acesso uma dimensão imediata, mas certamente não se esgotam aí. Garantido o acesso das camadas pobres e, especialmente, daqueles que além da pobreza agregam exclusões de natureza étnica, torna-se fundamental assegurar que os indivíduos nessa condição possam permanecer no espaço universitário. Aqui, políticas de assistência ao estudante sem meios próprios capazes de garantir sua sobrevivência devem ter prioridade, metas e instrumentos eficazes, dentre os quais

não se pode descartar aqueles derivados da própria solidariedade dos membros da comunidade acadêmica que apresentem melhores condições sócio-econômicas.

Entretanto, a solidariedade social não se esgota no interior da própria comunidade acadêmica. Ela deve ser capaz de se expressar também na extensão de serviços e de conhecimentos àquelas parcelas da sociedade que necessitam do saber produzido na Universidade e das diversas formas pelas quais este saber se traduz em ações de atenção à saúde, de programas culturais, de estratégias de inovação tecnológica, de programas comunitários, de formação continuada, entre outros.

Dentre o que cabe esperar da universidade pública brasileira, salienta-se a necessidade de um compromisso inequívoco com a democratização do ensino superior público brasileiro. A despeito da boa qualidade do sistema universitário público em nosso país, ímpar na América ibérica, esse serviço está disponível para uma parcela pequena da população. A taxa bruta de matrícula no ensino superior brasileiro atingiu recentemente cerca de 15%, percentual muito inferior ao observado na maioria de nossos vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai. Esses países apresentam taxas brutas de matrícula que variam entre 35 e 50%. Essa diferença no atendimento à população se verifica mesmo para aqueles países, como Bolívia e Peru, com economias bem mais modestas que a nossa e cujas taxas estão por volta de 30%.

Há vinte anos, de cada dez matrículas no ensino superior, quatro provinham da rede pública do ensino médio. Nessa época, a relação média candidato/vaga era 4, alcançando 6,6 no sistema público. Em 2002, a relação candidato/vaga global caiu para 2,8. Todavia, a do sistema público cresceu para 9, revelando a formidável expansão da rede privada e a estagnação da rede pública, em termos de oferta de vagas. Em 20 anos, enquanto o número de vagas do setor público apenas dobrava, as vagas no setor privado multiplicaram-se por cinco. O resultado é que, em 2002, apenas três de cada dez matrículas no ensino superior provinham da rede pública de ensino médio.

A questão se agrava porque existe uma forte seletividade social associada à admissão ao ensino superior, tanto na rede pública quanto na rede privada. Estudos de Helena Sampaio e de Simon Schwartzman, trabalhando com bases de dados independentes, indicam, entretanto, que, ao contrário do que freqüentemente se afirma, é na rede pública, e não no sistema privado, que se concentram as matrículas dos jovens oriundos das classes populares. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, no sistema público de ensino superior, 12% das matrículas provêm dos 50% mais pobres da população, enquanto no sistema privado tal percentual é de 5%. Estudo do perfil dos estudantes de graduação da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) mostra que quase 4/5 de seus alunos usam transporte coletivo, a metade deles são filhos de pais que, no máximo, concluíram o ensino médio, proporção esta igual a dos que precisam trabalhar enquanto estudam.

Não é, portanto, surpresa que a expansão do ensino superior tenha ocorrido praticamente mantendo o perfil socioeconômico da população atendida. Em 2002, assim como em 1992, mais de 2/5 das matrículas pertenciam aos 10% mais ricos da sociedade e menos de 10%, aos 50% mais pobres. Os dados referentes ao vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) indicam que, nos últimos dez anos, ocorreu até mesmo um acirramento da seletividade social, em especial nos cursos de elevado prestígio, como Medicina, Direito, Odontologia e Economia. Mesmo a criação de diversos cursos noturnos a partir de 1993, quase todos eles de Licenciatura, que contribuíram significativamente para uma maior democratização do acesso, acolhendo preferencialmente estudantes pertencentes aos estratos sociais menos favorecidos, foi incapaz de reverter, de modo incisivo, essa tendência. Ocorre que o número de vagas neles oferecidas, ainda é relativamente pequeno, não ultrapassando, em 2003, 16% do total das vagas. Sem eles, entretanto, o problema seria ainda de maior gravidade. (Quero mencionar que em 2004 a UFMG já admitirá 21% de seus calouros em cursos noturnos)

A sensibilidade para esse problema, entre os Reitores, tem sido grande e diversas alternativas estão sendo consideradas e efetivadas, na tentativa de mitigá-lo. A despeito de todas as dificuldades orçamentárias, e, sobretudo, de pessoal da última década, as instituições do sistema federal têm criado novos cursos e aumentado vagas nos já existentes, o que resultou em crescimento de cerca de 50% das matrículas nesse período.

Além disso, outras alternativas vêm sendo empregadas com o propósito da inclusão social. Entre elas, o vestibular seriado, o sistema de cotas, a interiorização e a expansão no turno noturno. A primeira dessas opções foi inicialmente implantada na Universidade de Brasília (Unb), já há mais de uma década, tendo sido também adotada por diversas outras instituições, entre elas as Universidades Federais de Santa Maria (UFSM), de Uberlândia (UFU) e de Viçosa (UFV). As informações colhidas junto à UFSM e Unb parecem indicar que, embora o vestibular seriado venha resultando em aspectos positivos, ele não está contribuindo para aumentar a inclusão social, uma vez que os candidatos aprovados provenientes da escola pública não estão em percentual superior neste modelo alternativo de seleção.

As cotas, sejam étnicas, sejam para egressos da rede pública, foram originariamente implantadas na Universidade Estadual da Bahia (UFBA) e logo a seguir pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, nesse próximo ano de 2005, deverão vigorar tam-

bém nas Universidades de Brasília (Unb), na Federal de Mato Grosso (UFMT) e na Federal de Alagoas (UFAL). No caso das cotas para negros, é necessário fazer atenção para a diversidade social presente nesse grupo, o que faz com que candidatos negros egressos de escolas privadas tenham maiores chances de aprovação no vestibular do que seus semelhantes provenientes das escolas públicas. No caso da UFMG, dados do vestibular de 2003 apontavam o percentual dos primeiros como mais de duas vezes superior ao dos segundos e sem diferença frente aos candidatos brancos egressos das escolas privadas. Outro aspecto a ser considerado é que nem todas as universidades públicas fazem o levantamento da identidade étnico-racial de seus candidatos — a UFMG o fez, pela primeira vez, em 2003 — conhecimento esse essencial para abordar de modo adequado esse aspecto do processo de inclusão. Outro aspecto a considerar diz respeito à realização de censos étnicos-raciais, já promovidos por grupos de pesquisadores da Universidade de São Paulo e das Universidades Federais Fluminense (UFF) e do Mato Grosso. Essa é uma atividade que precisa ser assumida de modo institucional pelas universidades públicas.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) vem executando, com excelentes resultados, um vigoroso programa de interiorização que a transformou na instituição federal com maior número de estudantes de graduação. Em consequência desse programa, no conjunto de dez campi instalados no estado, o número de matrículas cresce cerca de 50% entre o início da década de 90 e o ano de 2003. Particularmente nos estados da federação em que há apenas uma ou duas instituições de ensino superior públicas, o modelo de campus avançado permite que se amplie significativamente o atendimento. Como a UFPA, também a UFMT vem desenvolvendo programa ousado nessa área valendo-se, inclusive, da modalidade de ensino a distância. O que está permitindo que essa universidade desenvolva importante papel na qualificação dos docentes da rede pública do estado.

A prioridade para a expansão no turno da noite foi a opção adotada pela UFMG, sem descartar alternativas como a política de reserva de vagas para egressos da rede pública do ensino médio, nas áreas em que o ensino noturno não seja viável. Cogita-se de adotar reserva de vagas para egressos da escola pública para o recém-criado curso de Ciência da Nutrição. Para facilitar a implementação de alternativas como essa, foi proposta ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), em junho de 2003, uma minuta de projeto de lei autorizando as universidades a estabelecerem estratégias para promoção do acesso de grupos socialmente desfavorecidos. Até agora, no entanto, não houve resposta a esse pedido.

Os resultados dessas ações merecem ser analisados, sob a ótica da inclusão social, para se avaliar os desdo-

bramentos adequados. Deixo aqui a proposta de a ANDIFES realizar, no final deste semestre de 2004, um seminário, que a UFMG poderia sediar, com essa característica: avaliar os progressos feitos na questão da inclusão social pelas diversas alternativas que estão sendo praticadas com o propósito de democratizar o acesso ao ensino superior público no Brasil.

No caso da UFMG, os dados até aqui colhidos revelam que a expansão à noite é um poderoso instrumento de democratização do acesso, o que será exemplificado com algumas informações relativas ao vestibular de 2003. Enquanto no turno diurno os percentuais de alunos oriundos do ensino público, de negros e das classes sociais D ou E foram de, respectivamente, 33%, 22% e 13%, no noturno esses mesmos percentuais foram de 63%, 33% e 31%. E esse efeito não ocorre só nos cursos de baixo prestígio social. Cita-se aqui o exemplo do curso de Engenharia Mecânica, um dos preferidos pelas camadas sociais mais elevadas, quando oferecido no turno diurno. De dia, o perfil de aprovados é: egressos da escola pública, 15%, negros, 20%, e pertencentes às classes D ou E, 5%; enquanto que, de noite, os percentuais correspondentes são 71%, 35% e 27%.

Porém, democratizar o acesso por si só não garante a inclusão. É preciso que se dê ao estudante carente as condições adequadas para estudar. Muitos dos que hoje são admitidos têm dificuldades para se manter como universitários, dificuldades essas que contemplam desde itens de subsistência, como moradia e alimentação, até os recursos necessários para o transporte de suas residências às universidades. Os principais jornais brasileiros deram destaque a essa questão, neste ano de 2004, ao analisarem os desdobramentos da implantação do sistema de cotas na UERJ. A UFMG mantém, desde a década de 30 do século XX, um vigoroso programa de apoio ao estudante carente, implementado pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), que se sustenta primordialmente com recursos arrecadados junto aos estudantes não carentes e com parcela adicional de recursos orçamentários da universidade. A atuação da FUMP é tão expressiva que não tenho medo de afirmar que, na UFMG, não existe aluno que deixa a universidade por falta de condições financeiras para se manter como estudante. Além dos programas assistenciais, a Fundação desenvolve também um projeto de inclusão digital, voltado para os alunos recém-ingressados na universidade e de mais baixa extração social, bem como programas de apoio acadêmico, para equalização de oportunidades.

É essa a razão pela qual a UFMG escolheu, como via prioritária para a inclusão social, a expansão noturna. Difícilmente, na realidade da UFMG, outra alternativa poderá vir a mostrar resultados tão expressivos. Há que se reconhecer, entretanto, que a amplitude em que ela pode ser implementada depende dos recursos que serão

colocados à disposição da universidade. Essa via tem a vantagem de maximizar o aproveitamento das instalações e dos equipamentos já existentes na instituição. No entanto, com as fortes restrições à admissão de pessoal que continuam a vigorar, os limites de sua implementação serão inevitavelmente muito estreitos.

Outras universidades também possuem programas de assistência estudantil, como, por exemplo, as Federais do Amazonas, de Juiz de Fora, de Santa Maria, de Sergipe, de São Carlos e da Bahia, nos quais se desenvolvem atividades de várias ordens. Tendo em vista que todos esses programas são implementados na ausência de uma política pública nacional para a assistência ao estudante universitário, é importante lembrar que, em agosto de 2002, foi apresentada na Câmara dos Deputados a indicação nº 3562, de autoria do Deputado Severino Cavalcanti, sugerindo ao Ministro da Educação a criação de um Programa Nacional de Assistência Estudantil. Considerando a importância desse programa para o êxito das medidas que estão sendo aqui abordadas, essa iniciativa precisa ser retomada e receber decisivo apoio da ANDIFES.

A questão do papel da universidade pública no tocante à inclusão social não se encerra, contudo, no acesso e na permanência. Há que se considerar a importância de ações como aquelas destinadas a promover a inclusão digital de comunidades externas às universidades. Podemos tomar como exemplo desse modo de atuação, o programa Rede de Letramento Digital e Comunicação — Rede Lê, desenvolvido na UFMG. Realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e o Ministério das Comunicações, atua, em 18 núcleos, na formação de multiplicadores para a produção pelas comunidades de material cultural, comunicacional e outros. Esse programa oferece acesso gratuito à Internet e envolve nove escolas da rede pública municipal.

Também o campo da extensão universitária tem sido uma oportunidade para a concretização da meta da inclusão social. Nessa construção conceitual e operacional, as universidades atuam em rede, no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que está implementando, em 2004, o SIEBRASIL, banco de dados e sistema de informações, ao lado de projetos estratégicos, como o de Extensão-Ensino-Pesquisa e Flexibilização Curricular e o de Avaliação da Extensão Universitária. O Fórum tem contribuído no plano internacional, ao participar do *VII Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária* (Cuba, setembro de 2003), ao integrar a direção da Asociación Latinoamericana de Extensión Universitaria e ao assumir a realização do *VIII Congresso Iberoamericano de Extensão Universitaria*, no Rio de Janeiro — setembro de 2005. Participou também do *III Encuentro de Extensión Universitaria*, outubro de 2003, em Cali — Colômbia.

Na sua relação com os outros setores da sociedade, as universidades públicas brasileiras, com uma ampla e fecunda tradição de trabalhos na área extensionista, elaboraram, através do Fórum de Pró-Reitores das IES públicas brasileiras, um Plano Nacional de Extensão, com a sistematização de uma base conceitual que tem orientado o trabalho de extensão no país e definido diretrizes para a operacionalização de atividades relacionadas à melhoria de vida da população, à preservação do meio ambiente, à inovação e transferência tecnológica.

Como exemplo de atividades voltadas a tais propósitos, pode-se mencionar o *Projeto Manuelzão*, da UFMG, de recuperação da bacia do Rio das Velhas, o projeto de *Regularização Fundiária*, da UFRGS, de grande impacto sobre um dos graves problemas nacionais, o *Projeto Fabrica de Doces Matuto na Praça*, em Alagoas, da UFAL, recuperando em vários municípios uma prática geradora de emprego e renda, o *Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha*, uma das regiões mais pobres do país, o projeto *Cananêia* da UNIFESP, atuando com pescadores artesanais do litoral norte de São Paulo. A grande maioria desses programas é construída com variadas parcerias sociais, destacando-se, no trabalho junto ao terceiro setor, os projetos *Inclusão pelo Esporte*, com o Instituto Ayrton Senna, envolvendo 14 universidades, e o projeto *Arte na Escola*, com o Instituto Iochpe, envolvendo 34 universidades públicas. Ações inclusivas podem ser também exemplificadas nos cursos de extensão, muitos deles, extremamente estratégicos, como os de capacitação e formação continuada de equipes de saúde da família (Pólos PSF), de formação de professores da rede pública de educação infantil e ensino fundamental, em Minas Gerais (*Projeto Veredas*), de formação de auxiliares e técnicos de enfermagem (*PROFAE*).

Quando se fala das ações inclusivas desenvolvidas no sistema público de ensino superior, não se pode deixar de mencionar a atuação dos hospitais universitários, responsáveis pela maior parte do atendimento médico à população carente das grandes cidades. Dos 6.000 hospitais integrados ao sistema único de saúde, os hospitais de ensino, num total de 154, 1/3 dos quais ligados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); embora representem apenas uma pequena fração (menos de 3%), foram responsáveis, em 2001, por mais de 10% das internações, por cerca de 50% das cirurgias cardíacas e das neurocirurgias, por 2/3 dos atendimentos na área de má-formação craniofaciais e por 70% dos transplantes. Em muitos casos, nossos Hospitais Universitários (HU's) constituem a única alternativa para atendimento de alta e média complexidade (transplantes, AIDS, etc.) para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entretanto, há muito ainda por se fazer, pois as carências e necessidades são imensas, neste Brasil tão desigual. Diante desse quadro, um dilema se apresenta. Ou tratamos a ampliação e a democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil e a consolidação da extensão como parte de um conjunto de ações constitutivas de uma corajosa, efetiva, e por que não dizer inédita, política de apoio à universidade pública brasileira ou veremos mais uma vez postergadas as chances da sociedade justa e inclusiva, pregada por tantos de nós e pelo Presidente Lula. É este o cenário que solicita, de forma urgente e dramática, um entendimento e uma atuação concertada, responsável e consistente, entre o governo e a universidade.

A universidade estará sempre próxima da inclusão. A história dos homens e das mulheres, a história da condição humana não é outra coisa que o eterno esforço, por parte de cada geração, de legar à geração que chega um mundo menos inóspito, mais amigável e mais humano. Escorados na tradição, rebelando-nos contra ela, retomamos, a cada geração, uma mesma luta, procurando cumprir o melhor dos deveres que de nós é esperado: tornarmo-nos mais e mais humanos. A instituição universitária, enquanto projeto civilizacional, é o espaço onde o compromisso com a formação humana apóia-se nos recursos puramente humanos e estende-se, por princípio, a todos os humanos. Educação, núcleo do que fazemos na universidade, é o nome que damos à atividade por meio da qual, como já disse alguém, ensinamos uns aos outros em que consiste a nossa humanidade. Essa é, no horizonte de uma sociedade sempre mais inclusiva, de uma humanidade cada vez mais solidária, a nossa persistente esperança.

A universidade brasileira para o século XXI



Celso da Cunha

Coordenador Editorial no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Vou fazer uma apresentação muito simples, geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sobre a questão da universidade, com ênfase na extensão.

Eu começaria num rápido retrospecto a partir da década de 90, mais especificamente quando houve a queda do Muro de Berlim, a queda do bloco soviético, com o acirramento do processo de globalização. E já logo no início dos anos de 1990, em suas primeiras reflexões, a UNESCO pressentia que uma revolução sem precedentes estava sendo acelerada até pelo avan-